

O “MOBILIZAÇÃO” COMO ESTRATÉGIA DE REFLEXÃO SOBRE O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

MOBILIZATION AS A STRATEGY FOR REFLECTION ON THE BASIC EDUCATION DEVELOPMENT INDEX

Allan Solano Souza¹
Ciclene Alves da Silva²
Dulcileide Azevedo de Araújo³
Maria Beatriz Fernandes⁴

Resumo: Este artigo adota uma perspectiva de escrita colaborativa típica de estudos qualitativos que se estruturam a partir de revisões teóricas acerca da problemática em foco, combinada com a exposição e análise de uma experiência desenvolvida pelo projeto de extensão "Mobilização", vinculado à Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. As atividades do projeto são desenvolvidas por meio de oficinas que mobilizam reflexões críticas sobre o uso dos resultados do IDEB. O referencial teórico escolhido para este trabalho considera que as avaliações estão cada vez mais presentes no nosso cotidiano e sendo utilizadas das mais diversas formas. Diante dessa realidade, as discussões sobre esses indicadores tornam-se fundamentais para refletirmos sobre a direção que as avaliações externas estão levando a qualidade da educação. Embora não possamos escapar delas, devemos compreender de forma crítica seus resultados e a forma como estes vêm sendo utilizados.

Palavras-chave: Extensão universitária. Mobilização. IDEB.

Abstract: *This article adopts a collaborative writing perspective typical of qualitative studies structured from theoretical reviews on the focal issue, combined with the exposition and analysis of an experience developed by the extension project "Mobilização," associated with the State University of Rio Grande do Norte. The project's activities unfold through workshops that stimulate critical reflections on the utilization of IDEB results. The chosen theoretical framework for this work posits that evaluations are increasingly*

¹ Doutor em Educação. Professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação – UERN/POSEDUC, Campus Mossoró-RN, allansouza@uern.br

² Doutora em Educação. Professora da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação – UERN/POSEDUC, Campus Mossoró-RN, ciclenealves@uern.br

³ Pedagoga. Discente do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. dulcileidearaujo@hotmail.com

⁴ Mestra em Educação. Apoio Pedagógico da Rede Estadual de Ensino, da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte, Paraná-RN. mariafernandes@alu.uern.br

prevalent in our daily lives and are employed in various capacities. Given this reality, discussions concerning these indicators are crucial for reflecting on the trajectory that external evaluations are guiding the quality of education. While we cannot evade these evaluations, it is imperative to critically comprehend their results and the manner in which they are employed.

Keywords: *University Extension, Mobilization, IDEB (Brazilian Educational Development Index).*

INTRODUÇÃO

Ninguém escapa da avaliação! Certa vez, Carlos Rodrigues Brandão (2002, p. 3) introduziu um dos seus textos clássicos com a célebre tese de que “Ninguém escapa da educação [...]”. E, na sua exposição, o autor demonstra que todos os dias ela está misturada com as nossas vidas e sustenta, a partir de diversas ilustrações, que se questionado sobre o tema, a resposta vem acompanhada no plural: “educações”.

Em relação à avaliação educacional, sabe-se que desempenha um papel fundamental na rotina dos professores, escolas e sistemas de ensino, pois é utilizada como ferramenta para regulamentar políticas educacionais em diversos países. Essa ampla utilização reflete um consenso tanto político quanto acadêmico, devido à sua natureza abrangente e diversificada. Nesse contexto, o Projeto de Extensão Mobilização desempenha um papel importante ao contribuir para essa discussão, analisando os resultados das avaliações e indicadores, e impactando diretamente o planejamento dos municípios brasileiros.

O Mobilização é um projeto de extensão vinculado ao Departamento de Educação (DE), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Campus de Pau dos Ferros (CAPF). O seu lema revela o objetivo a que se propõe: “Por uma escola pública de qualidade”, isto é, busca discutir com a comunidade interna e externa do CAPF as peculiaridades da escola pública brasileira e os fatores que são condicionantes para a qualidade do ensino ofertado nesses espaços.

Podemos considerar que o trabalho realizado pela equipe do projeto de extensão consistia em três etapas centrais

para promover as oficinas: leitura, discussão e reflexão. Com base no tema proposto, eram feitas leituras de artigos científicos e/ou livros relacionados ao assunto. Em seguida, um grupo da equipe ficava responsável por conduzir a discussão, mediando os pontos que seriam levantados e refletidos inicialmente apenas com os membros do Mobilização. Após esse ensaio, o processo se repetia, mas dessa vez o cenário era diferente: a universidade ia até as escolas. Professores e alunos universitários levavam consigo sua bagagem intelectual e materiais, rompendo as barreiras da universidade e dialogando com os profissionais da educação das escolas da rede municipal de Pau dos Ferros.

A escrita deste relato de experiência adota uma perspectiva de escrita colaborativa, típica de estudos qualitativos que se estruturam a partir de revisões teóricas acerca da problemática em foco, combinada com a exposição e análise de uma experiência desenvolvida pelo projeto de extensão “Mobilização: por uma escola pública de qualidade em Pau dos Ferros-RN, vinculado ao Núcleo de Estudos em Educação, do Departamento de Educação, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte em Pau dos Ferros – RN.

Portanto, trata-se de um trabalho colaborativo revisado e atravessado pelas consequências de uma pandemia. O presente relato de experiência está organizado em quatro seções, considerando que a introdução é a primeira delas. A segunda apresenta uma abordagem sobre as bases teóricas do estado avaliador e a consequente regulação nas políticas educacionais brasileiras, com destaque para as nuances do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. A

terceira seção aborda uma reflexão em torno das atividades desenvolvidas pelo Projeto de Extensão da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. A quarta e última seção apresenta algumas considerações finais.

ESTADO AVALIADOR E REGULAÇÃO NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: O IDEB E SUAS NUANCES

O século XX é marcado por substanciais transformações econômicas e culturais que alteraram o modo de vida da sociedade. A partir da década de 1980, movimentos influenciam para uma redefinição no que se refere ao papel do Estado, a qual ocorre embasada por princípios de superação da crise econômica que tinha como fator preponderante uma crítica às políticas públicas de Bem-Estar Social. Cresce assim, a acepção pela corrente política e ideológica do neoliberalismo, buscando uma modernização na gestão pública, por meio da valorização da produtividade e da implantação do Estado mínimo.

A esse respeito, Antunes (2001) mostra que as tendências assumidas pelo capitalismo nas últimas décadas decorreram das mudanças no modo de produção que substituíram os modelos taylorista e fordista pelas formas produtivas flexibilizadas, desregulamentadas e de acumulação flexível; como também das mudanças nos modos de estruturação do Estado, em que a regulação social-democrata que fundamentava o Estado de

bem-estar social deu lugar às formas neoliberais⁵ assentadas na desregulação e privatizações.

Frente às mudanças na organização do Estado, as políticas educacionais também começam a sofrer alterações. O modelo gerencial toma conta da organização do serviço público e a implantação do quase-mercado chega ao campo da educação com os mesmos propósitos econômicos, na lógica da privatização, exigindo maior eficiência e eficácia. Conforme Barroso (2005), a partir da década de 80, a educação passou a ser vista cada vez mais como um serviço e não como um direito de todos que deve ser assegurado pelo Estado. Cabral Neto e Castro (2005, p. 8) acentuam essa discussão destacando o papel primordial da educação na “[...] preparação dos países em desenvolvimento para o enfrentamento da concorrência em uma economia globalizada”. Dessa maneira, ela é a ‘válvula de escape’ de um sistema em crise e precisa se reestruturar. E, com isso, as consequências são as adoções das mesmas estruturas do campo econômico no terreno educacional. Como resultado, o campo educacional começa a ser regulado por modelos mercantis, conforme apontado pelos autores Cabral Neto e Castro (2005). As diretrizes dessas políticas visam: a) destacar a importância da educação e do conhecimento nas reformas; b) modificar a gestão tradicional e implementar um modelo gerencial; e c) aprimorar a qualidade da educação.

As políticas educacionais influenciadas pelo neoliberalismo e diretrizes de organizações internacionais têm

⁵ O neoliberalismo é uma corrente política e ideológica que defende a liberdade individual, o livre mercado e o livre comércio como meios de promover o bem-estar humano. De acordo com essa concepção, o Estado deve criar uma estrutura institucional para garantir a liberdade

empreendedora e proteger o direito à propriedade privada, permitindo que o mercado se autorregule. O papel do Estado é mínimo, limitando-se a regular as atividades do mercado sem interferir em suas estruturas de funcionamento. (HARVEY, 2008).

consequências na gestão das escolas, buscando adotar um modelo de administração que se assemelha ao utilizado no setor privado, pautado pela eficiência, eficácia, competitividade, avaliação e controle de resultados. Essa abordagem aproxima cada vez mais a administração escolar dos princípios capitalistas e gerencialistas. Nesse sentido, busca-se “[...] descentralizar a alocação de recursos federais e introduzir os princípios de mercados para os referidos serviços” (CABRAL NETO; NASCIMENTO; LIMA, 2006, p. 63). Assim, o Estado deixa de ser o responsável direto pela execução dos serviços públicos, passando apenas a regular, como destaca Barroso (2005), é um Estado avaliador. Mas não avaliador no sentido primordial que deveria ter sobre noções de avaliação, com uma perspectiva para o diagnóstico, e sim no sentido de fiscalização, da avaliação no centro do controle e da disciplina, na perspectiva de criação de um quase-mercado educacional (CABRAL NETO; NASCIMENTO; LIMA, 2006).

Conforme Amaro (2013), as políticas de avaliação, alinhadas às propostas liberais, responsabilizam as escolas e os professores, enquanto isentam o Estado de suas obrigações e promovem a privatização da educação pública. Essa abordagem revela a falta de investimento estatal na educação, e a justificativa de maior democratização e proximidade com a comunidade serve apenas para transferir responsabilidades sem oferecer o suporte necessário para garantir uma educação de qualidade.

O uso da avaliação educacional apresenta desafios significativos no contexto das mudanças sociais e nas políticas públicas estatais. Segundo Amaro

(2013), um desses desafios reside no uso da avaliação como ferramenta de regulação, controle, poder e seleção. Isso confere à avaliação uma importância fundamental em um contexto dominado pelo Estado capitalista monopolista, que a utiliza para controlar os resultados e promover políticas de regulação e mercantilização da educação.

Um exemplo do exercício deste controle é a atuação do Movimento Todos pela Educação (TPE), organizado por um grupo de empresariado que exerce influência na política pública brasileira com um discurso de que objetivam aprimorar a qualidade da educação. Entretanto, suas ações têm como aparato o incentivo a privatizações, descentralização e publicização, buscando-se alcançar eficiência, eficácia e controle de resultados.

As ações do referido grupo foram decisivas para o contexto político brasileiro que diagnosticava a defasagem nos resultados educacionais e a necessidade de implementar medidas que apresentassem uma melhoria na qualidade educacional. Dessa forma, muitas diretrizes deste movimento foram respaldadas pelo Decreto nº 6.094/2007 e pelo Plano de Metas e Compromisso Todos pela Educação, que estabelecem parcerias colaborativas entre o governo federal, os estados e os municípios para a implementação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). O PDE tem como foco central a melhoria da qualidade da educação brasileira, sendo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) uma importante métrica de avaliação do desempenho e rendimento escolar. Esse índice é obtido por meio do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e do Censo Escolar.

De acordo com Martins (2016), o IDEB tem como objetivo proclamado refletir um ideal de qualidade da educação alinhado ao TPE, ao contribuir para o controle das escolas, estimular a meritocracia e consolidar uma cultura de metas. Esse indicador sintético representa um avanço ao fornecer uma visão abrangente do grau de excelência da educação em nível nacional, considerando não apenas o desempenho nas avaliações externas, mas também a repetência e evasão escolar. No entanto, é importante ressaltar que muitos aspectos da realidade escolar ainda não são levados em conta na definição da qualidade da educação.

Além disso, segundo Chirinéia e Brandão (2015), outra dimensão do IDEB está relacionada aos objetivos das avaliações externas, que são importantes para fornecer informações sobre a realidade das escolas e sistemas de ensino. Quando combinadas com avaliações institucionais, essas informações podem auxiliar na tomada de decisões em prol da qualidade da educação. No entanto, os autores destacam a necessidade de repensar o escopo dessas avaliações e a forma como seus dados são utilizados e divulgados.

Apesar da combinação de vários fatores para calcular o IDEB, suas nuances e potencial para planejamento pedagógico no contexto escolar, é importante destacar que o treinamento de alunos para os exames padronizados ainda é uma prática presente e consolidada. Essa relação se complexifica, principalmente quando associa incentivo por meio de bonificações para as melhores pontuações, dado que promove uma lógica de meritocracia e concorrência entre as escolas. (OLIVEIRA; GARCIA, 2014).

O atual formato do IDEB, com suas metas e classificações, não abrange todas as dimensões da escola e reforça práticas desiguais e excludentes. Essa abordagem neoliberal ignora as desigualdades nos sistemas educacionais, usando uma única métrica para todos. Embora as avaliações sejam inevitáveis em uma sociedade que valoriza a exploração do capital humano, a igualdade proposta pelo neoliberalismo não garante uma educação equitativa que promova o pleno desenvolvimento de todos, levando em conta as diferentes situações iniciais. É fundamental questionar até que ponto essas avaliações têm contribuído para a qualidade da educação de forma justa e igualitária. Na próxima seção, será abordada a importância da extensão universitária para formar atores escolares conscientes e reflexivos sobre as qualidades das escolas, que vão além dos indicadores de desempenho.

O IDEB NA ESCOLA PÚBLICA: CONSTRUTOS DO MOBILIZAÇÃO

Nesse cenário de determinação de avaliações e políticas neoliberais de indicadores sociais, o grupo "Mobilização" conduziu oficinas formativas entre 2017 e 2019. Essas oficinas envolveram os sujeitos tanto da educação básica, como da educação superior. Alcançando 50 professores, 5 coordenadores pedagógicos, 5 diretores e funcionários de escolas municipais em Pau dos Ferros/RN, assim como membros da comunidade universitária interna, considerando nas edições do projeto, o envolvimento de mais de 100 alunos do curso de Pedagogia e 10 professores do Departamento de Educação. O objetivo foi promover uma reflexão sobre as concepções de qualidade da educação e

o papel do IDEB, utilizando resultados de índices e avaliações externas para regular e intensificar os processos educacionais.

Em 2017, as oficinas foram realizadas em duas escolas do município (Figuras 1 e 2). O resultado foi positivo e despertou o interesse dos diretores, o que levou à continuidade das discussões nos anos seguintes (2018 e 2019), mantendo o foco na qualidade da educação e no IDEB. O projeto foi expandido para outras instituições escolares, permitindo a construção de reflexões entre os atores envolvidos no estudo e os discursos apresentados pelos participantes.

Em 2019, as oficinas foram divididas em três momentos:

1. Acolhida, em que o grupo se apresentava e expressava os propósitos almejados e os anseios para a execução da oficina; apreciação de uma leitura deleite, iniciando o entrosamento; promoção de uma dinâmica, adentrando em reflexões sobre o tema e instigando a participação dos envolvidos;
2. Realização de uma exposição dialogada sobre o IDEB e a qualidade da educação;
3. Execução do “Mãos à obra”, em que os educadores destacavam elementos para socialização, realizando apontamentos entre a literatura e o que é vivenciado na prática; concluindo com uma avaliação da oficina.

Figuras 1 e 2: Registros do processo formativo das oficinas nas escolas municipais.



Fonte: Os autores, 2023.

Durante todas as etapas das oficinas, foi evidente o entusiasmo dos professores, que valorizaram o espaço de discussão como uma oportunidade para abordar aspectos muitas vezes negligenciados devido à agitação do dia a dia. É importante ressaltar o entusiasmo dos participantes, considerando que muitos deles estavam se engajando em um terceiro turno de trabalho, já que as oficinas eram realizadas à noite. Mesmo após um dia cansativo e exaustivo, eles demonstraram energia para

debater os processos envolvidos na escola pública, promovendo reflexões que visavam aprimorar a prática e o processo de ensino.

Esse fator entusiasmo foi justamente um dos pontos realçados quando discutimos sobre a qualidade educacional, visto que Dourado, Oliveira e Santos (2007) apontam que a qualidade é alcançada por meio de recursos materiais e humanos, com a interferência de fatores intra e extraescolares. Desse modo, questionamentos sobre o esgotamento

profissionais devem ser destacados porque, se não há valorização e incentivo, ocasionando uma sobrecarga do trabalho docente, é impossível exigir resultados satisfatórios.

O desconhecimento sobre como o índice funcionava foi outro ponto destacado. Não é que o corpo docente não soubesse como era feito o cálculo. Contudo, os professores não entendiam como se chegava àquela nota. Eles sabiam que era feito um cálculo com as notas da prova do SAEB e as taxas de rendimento do censo escolar, mas questionavam: “como se chegou nesse número usando esses dois elementos?”

Essa questão levanta o fato de que o IDEB, embora tenha a intenção de refletir a realidade das escolas, ainda está distante do cotidiano das instituições. Mesmo os professores mais experientes têm dificuldade em entender seu funcionamento. Isso se daria porque o índice é realmente complexo? Não tanto. Contudo, as políticas educacionais geralmente chegam às escolas de forma vertical, com informações superficiais e pouca oportunidade para questionamentos. Os profissionais escolares sentem os impactos dessas políticas em seu dia a dia, mas raramente recebem aprofundamento sobre elas, a menos que busquem por conta própria. Diante disso, surge a oportunidade de questionar como a média do IDEB é calculada e como o bom desempenho na Prova Brasil não garante um bom resultado no IDEB, pois o índice ainda é multiplicado pela taxa de rendimento.

Foi percebida uma pressão sobre os professores do quinto ano em relação aos resultados do IDEB. No entanto, é preciso considerar que os alunos passaram por um

processo formativo ao longo de todo o ensino fundamental, do 1º ao 5º ano. Portanto, responsabilizar apenas os professores das turmas que fazem a Prova Brasil é inadequado, já que não se pode esperar que todo o processo de aprendizagem seja suprido em apenas um ano. Isso seria exigir demais tanto dos alunos quanto dos professores. Assim, direcionar toda a atenção apenas para a turma avaliada pelo SAEB não é suficiente. Durante as oficinas, compreendemos a importância da mobilização de toda a escola em todos os anos, pois a educação é como uma escada em que se sobe um degrau de cada vez até alcançar o topo, e se houver algum degrau com defeito, todo o percurso será prejudicado.

Para os professores e gestores, os resultados do IDEB se configuram como um importante dado estático para se refletir sobre a aprendizagem, porém este não seria capaz de medir a qualidade do ensino, uma vez que não leva em conta vários fatores os quais podem interferir no processo de ensino-aprendizagem. Tal fato também é destacado por Chirinéa e Brandão (2015), quando destacam que a complexidade do processo educativo não é expressa por meio de cálculos de índices.

A participação dos estudantes do curso de Pedagogia nas edições do Mobilização proporcionou um processo formativo significativo. Tanto nas oficinas internas, onde tiveram acesso aos textos de referência e puderam aprofundar seus conhecimentos por meio de reflexões e discussões, quanto nas oficinas externas, ao interagir com a comunidade escolar, eles puderam vivenciar a relação do IDEB no dia a dia das escolas. Essa experiência contribuiu para o enriquecimento do seu aprendizado e compreensão sobre o tema.

O projeto de extensão MobilizAção promove a troca de saberes entre a universidade e a comunidade escolar, democratizando o conhecimento e fomentando a produção científica, tecnológica e cultural (GADOTTI, 2017). Ele desempenha um papel crucial ao elucidar o impacto do IDEB e das avaliações externas no cotidiano das escolas, pois essas políticas têm repercussões diretas no ambiente educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto neoliberal, as avaliações educacionais são empregadas para classificar e responsabilizar as escolas, promovendo a competição e diminuindo o papel do Estado na educação (BARROSO, 2005). A divulgação e o debate sobre uso desses dados, com o objetivo de aprimorar os sistemas de Ensino são importantes, para diagnóstico e orientação de ações que visem promover uma educação de qualidade.

Após as mudanças estruturais no Estado nas décadas de 1980 e 1990, as avaliações ganharam importância nas políticas educacionais, sendo utilizadas para responsabilizar as escolas e ranqueá-las. No entanto, seu caráter diagnóstico foi deixado de lado, reduzindo a qualidade da educação a indicadores de resultados, como o IDEB, que não consideram outros fatores influentes na aprendizagem.

O projeto MobilizAção desempenhou um papel essencial ao levar o debate sobre o IDEB e seus resultados ao ambiente escolar, impactando diretamente o trabalho dos professores e gestores. Por meio das oficinas, houve uma troca de conhecimentos entre a universidade e as escolas, contribuindo para a formação dos

participantes. É fundamental discutir o uso e os efeitos das avaliações externas na educação, mesmo reconhecendo sua presença constante em nosso cotidiano, a fim de compreender e refletir sobre seu impacto na qualidade da educação e evitar a diminuição da responsabilidade do Estado.

REFERÊNCIAS

AMARO, I. Avaliação externa da escola: repercussões, tensões e possibilidades. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 24, n. 54, jan./abr. 2013, p. 32-55.

ANTUNES, R. Reestruturação produtiva e mudanças no mundo do trabalho numa ordem neoliberal. In: DOURADO, Luiz Fernandes; PARO, Vitor Henrique (org). *Políticas públicas & educação básica*. São Paulo: Xamã, 2001. p. 13-27.

BARROSO, J. O Estado, a Educação e a Regulação das políticas públicas. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 92, out. 2005, p. 725-751.

BRANDÃO, C. R. *O que é educação*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2002. 117p.

CABRAL NETO, A.; CASTRO, A. M. D. A. Reflexões sobre os atuais cenários da política educacional na América Latina. *O público e o privado*, v. 3, n. 5, jan./jun. 2005, p. 7-23.

CABRAL NETO, A.; NASCIMENTO, I.V.; LIMA, R. Novaes. *Política pública de educação no Brasil: compartilhando saberes e reflexões*. Porto Alegre: Sulina, 2006.

CHIRINÉA, A. M.; BRANDÃO, C. F. O IDEB como política de regulação e legitimação da qualidade: em busca de significados. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 87, abr./jun. 2015, p. 461-484.

DOURADO, L.F.; OLIVEIRA, J.F.; SANTOS, C.A. *A qualidade da educação: conceitos e definições*. Série Documental: Textos para Discussão, Brasília, DF, v. 24, n. 22, 2007, p. 5-34.

GADOTTI, Moacir. Extensão Universitária: Para quê? *Instituto Paulo Freire*, 2017. Disponível em: <<https://www.paulofreire.org/noticias/557-extensao-Universitaria-para-que>>. Acesso em: 29 ago. 2021.

HARVEY, D. *O neoliberalismo: História e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.

MARTINS, E. M. *Todos pela educação? Como os empresários estão determinando a política educacional brasileira*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016.

OLIVEIRA, L. F. C.; GARCIA, L. T. S. Políticas de avaliação educacional no Brasil: concepções e desafios. In: 4º Congresso Luso Brasileiro de Política e Administração da Educação, 7, 2014, Porto, Portugal. *Anais[...]*. Portugal: Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, 2014.